

## História, fronteiras e identidades

A Revista *Monções* apresenta, neste número, o *dossiê* **História, fronteiras e identidade**. A proposta do conjunto de textos que trazemos aos/as leitores/as parte de uma perspectiva conceitual abrangente no que se refere as experiências de grupos e pessoas em espaços e/ou situações fronteiriças. Em outras palavras, compreende-se fronteira enquanto um termo polissêmico, embora tenha forte ligação com as noções de território, territorialidade e formação da nação, o conceito também abarcar uma enorme gama de possibilidades interpretativas, sobretudo quando se relacionada com culturas, identidades e sociabilidades. Assim, aborda-se a Fronteira como conceito e metáfora, compreendendo-a como algo sempre móvel e que propicia reflexões sobre diferentes percepções de mundo.

O artigo que abre o *dossiê* é **Fronteiras (inter)disciplinares: o ensino de história no contexto das Universidades Novas**, de Francismary Alves da Silva. Em sua análise, a autora traça um panorama acerca da constituição das ciências enquanto disciplinas. Ao tratar da especificamente da história, escreve que, no século XIX, “(...) a história se profissionalizou, adotou um método próprio, específico, afastou-se das especulações filosóficas, da estética literária, dos desígnios religiosos, tornou-se uma ciência.” Em outras palavras, os saberes, entre eles a história, constituíram paradigmas teórico-metodológicos próprios.

A análise avança no sentido de apontar, já no século XX, o movimento em prol da interdisciplinaridade, que, mais recentemente, chegou à Universidade brasileira, tanto no que concerne à produção acadêmica, enquanto como conceito; como também aplicado a constituição de licenciaturas e bacharelados interdisciplinares. Sob esta conjuntura, o texto aponta e problematiza questões inerentes à esta nova realidade, particularmente no diz respeito à formação em história. Desse modo, ao tomar a fronteira entre a formação disciplinar e interdisciplinar como objeto de análise, a autora coloca perguntas pertinentes, tais como: os profissionais formados em história (...) poderão atuar com a complexidade e domínio o pensamento histórico requer? O

texto traz outros questionamentos igualmente importantes sobre o tema, que valem a pena para entender o cenário atual, vivenciado no interior de algumas Universidades.

Na sequência, o artigo **Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878): a escrita na “fronteira” entre história, memória e narrativa no Brasil oitocentista**, escrito por Marcela Irian Machado Marinho e Renilson Rosa Ribeiro apresenta outra das múltiplas formas que a conceituação de fronteira pode apresentar. O texto analisa a obra de Varnhagen buscando desvendar os compromissos da escrita do Visconde de Porto Seguro com o ideal de nação presente no Segundo Reinado. Caracterizado como “um historiador que se situa na fronteira entre a erudição com a história, a memória e a narrativa”, o artigo revela nuances da tessitura da escrita de Varnhagen, no contexto da criação e consolidação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, e permite ao leitor compreender alguns dos elementos constitutivos da identidade histórica do Brasil, forjada naquele espaço de sociabilidades e de fomento do saber, sob a pena daquele que foi considerado um de seus mais importantes escritores.

No artigo intitulado **A diferença entre “nós” e os “outros”: fronteiras e territórios na história do município de Nova Porteirinha/MG**, Regina Célia Lima Caleiro e Rhaenny Máisa Freitas abordam a forma como as noções de fronteira e território estão presentes na constituição do município de Nova Porteirinha, Minas Gerais. Além da fronteira física, o texto percorre questões relacionadas à fronteira cultural e identitária, discutindo como o “nós”, relativo à sociedade nova porteirinhense, se forja em distinção ao “outro”, correspondente ao município de Janaúba, que está próximo geograficamente, e Porteirinha, cidade a qual estava vinculada originalmente.

Ao adotar a História Oral como pressuposto metodológico para analisar as entrevistas concedidas pelos moradores do local, as autoras conseguem captar, de forma sensível, a construção identitária do local, formada no bojo do processo de (re)territorialização decorrente da construção da Barragem Bico da Pedra, no Rio Gortuba e na implantação de um projeto de irrigação destinado a tornar Nova Porterinha espaço de produção de gênero alimentícios de alta qualidade.

Luciano Pereira da Silva e Rogério Othon Teixeira Alves apresentam uma instigante análise sobre a **Estrada de Ferro Montes Claros: o projeto de modernidade que não se efetivou**. No texto, os autores observam que, a despeito de das características políticas e sociais e de sua condição geográfica de cidade interiorana, Monte Claros não escapou ao desejo de modernização que marcou a sociedade brasileira na passagem do século XIX para o XX. A concretização de tal desejo, segundo eles, se traduziu no projeto de construção da Estrada de Ferro Montes Claros que, quando concluída, poderia “tirar a cidade de certo isolamento e atraso”. Por meio da análise de obras memorialísticas e publicações em jornais da época, os autores percorrem todo o processo de planejamento da ferrovia, do início de sua construção e apontam possibilidades interpretativas para sua interrupção. A análise denota noções, intenções e valores presentes não só em Montes Claros, mas na sociedade brasileira como um todo, no sentido de observar como a inserção no sistema capitalista, simbolizada pela construção de uma ferrovia, alimentava o imaginário em torno de uma certa ideia de desenvolvimento, progresso e civilização caras àquele período.

O artigo de Carlos Alexandre Barros Trubiliano e Kamoni São Paulo, intitulado **Apontamentos sobre dinâmicas de fronteiras e a ocupação recente de Rondônia (1970 -1990)**, se debruça sobre a noção de fronteira geográfica e analisa o processo de ocupação recente de Rondônia. Tomando como referência a obra de Frederick Jackson Turner que estuda o avanço para Oeste nos Estados Unidos, bem como as noções de frente de expansão e frente pioneira, formuladas por José de Souza Martins, o estudo aponta questões relacionadas ao processo de expansão capitalista em direção ao Norte do Brasil, a partir de década de 1970, em particular para a realidade experienciada em Rondônia. O texto destaca o volume de migrantes atraídos para a região e as consequências da política fundiária desenvolvida pelos governos militares que gerou, entre outras, um número significativo de conflito agrários na região.

Rondônia é novamente tema de análise no texto de Eliane Teodoro Gomes e Gilmara Yoshihara Franco, denominado **A conquista da última fronteira: a imprensa periódica e as narrativas sobre a ocupação de Rondônia (1960-1980)**. Nele, as autoras tomam a imprensa periódica, notadamente a revista *Veja* e o jornal *Tribuna Popular*, para analisar os

sentidos da chegada dos migrantes no território rondoniense, bem como se apresentavam o ideário e os anseios de *progresso* e *desenvolvimento* que caracterizavam a Ditadura Civil- Militar e os sonhos daqueles que deixaram seus lugares de origem, em outras regiões do Brasil, e apostaram na conquista de um pedaço de terra no novo Oeste brasileiro.

Percorrendo outros caminhos que o conceito de fronteira permite estabelecer, o trabalho de Márcia Pereira da Silva, intitulado **Os “males da mente”: o tratamento das doenças mentais entre o espiritismo e a psiquiatria na primeira metade do século XX no Brasil**, mergulha universo dos discursos da medicina convencional e espírita acerca da loucura buscando compreender “as experiências na fronteira entre o que recomendava a psiquiatria e o que defendia os preceitos espíritas”, para o tratamento daquilo que denomina de “males da mente”. Ao analisar fontes e referências bibliográficas que abordam o tema, o texto permite ao leitor observar que, para além da fronteira estabelecida por tratamentos pautados em eletrochoques, lobotomia e isolamento, desenvolveu-se, por intermédio do Espiritismo, outras formas compreender, diagnosticar, enfrentar e tratar aquilo que a medicina ocidental chama de loucura.

Por fim, o artigo de Rita de Cássia Biason, **Ética pública e o bom governo: uma tênue fronteira**, toma obras clássicas de Platão, Aristóteles, Maquiavel e Hobbes para analisar suas respectivas concepções acerca da formação de bons governos e seu funcionamento a partir de uma ética própria ao Estado. A intenção da autora centra-se sobre o tema da ética na esfera pública. Por intermédio de seu estudo é possível observar como a ética, enquanto conceito, tem concepções distintas no tempo e no espaço e como alguns filósofos a interpretam, com vista a determinar aquilo que entendem como “bom governo” e atuação adequada dos homens que ocupam cargos públicos.

Esperamos que todos e todas apreciem a leitura.

*Gilmara Yoshihara Franco*

*Márcia Pereira da Silva*